

Mídia e espaço público no Brasil

Mauro Wilton de Sousa *

P - Nós podemos considerar a mídia eletrônica, no Brasil, como um novo espaço público?

R – Acredito que ela tenha um potencial a ser desenvolvido mais do que propriamente uma ação prática e imediata acontecendo nesse sentido. É uma mídia voltada muito mais para a satisfação de necessidades, para o entretenimento, para o consumo de bens ou de auto-afirmação do que um espaço de troca de idéias e de debates, não só na esfera da produção de debates como na circulação de debates. Ela é ainda pouco representativa dessa função, desse papel mediador de construção e circulação de debates. Por outro lado, a mídia eletrônica, ainda está muito ligada a interesses de origem, muitas vezes, econômica ou político-econômica para sua manutenção e sua sobrevivência e pouco ligada a uma relação mais próxima com partidos políticos, com igrejas, com uma série de instituições que, em um certo sentido, poderiam ser mediadoras tanto quanto ela, dessa circulação de idéias na sociedade. Então, nesse sentido, me parece que a mídia tem muito potencial, uma virtualidade na esfera pública que, na verdade, ainda não está estruturada, não está sendo vivenciada como poderia ser. A imprensa escrita, os jornais, por exemplo, têm um papel maior do que a televisão que ainda está muito dentro de uma esfera de consumo de bens e entretenimento e, no cinema, a capacidade de ser reflexivo é ainda muito incipiente. Se você analisa a hegemonia da televisão, no contexto da mídia no Brasil, percebe-se que ela é ainda uma mídia desqualificada para o debate, ou que se auto-desqualificou para o debate, porque está muito mais preocupada com o entretenimento, com o consumo de bens e valores que lhe são mais próximos. Isso dentro de uma perspectiva de se colocar o espaço público com centro da linha de debate. Se você analisa sob o ponto de vista da mídia e a circulação de informações aí sim, a mídia é capaz de nos fazer

* Professor da Escola de comunicações e artes da Universidade de São Paulo. Publicou, entre outros, o livro “Sujeito: o lado oculto do receptor”. Entrevista concedida à professora Dra. Lisa França da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da UFG.

chamamentos a nossos deveres e direitos na sociedade, mas sob pontos de vistas pontuais, não sob o ponto de vista do questionamento, não sob o ponto de vista do debate sobre aquilo que é propiciado pelo Estado e pela sociedade de modo geral. Mas se começam a criar pequenos mecanismos pelos quais a mídia mais centraliza a circulação das informações do que o debate entre a sociedade civil e o Estado. Então, me parece que nós ainda não temos uma tradição, nós ainda não experimentamos a mídia como construtora de um debate crítico. Agora, por exemplo, no que se refere à questão da Reforma da Previdência e da Reforma Tributária, é uma mídia informativa, que pontua, em termos de agenda, a discussão sobre o que está acontecendo em certos setores, mas não consegue trazer para a própria mídia, uma discussão mais ampla sobre o significado de tudo isso. Não discordo que há uma série de artigos, de palestras, de entrevistas, mas não foram suficientes para que ela centralizasse o debate, como aconteceu na Europa em relação ao apoio a Bush e à guerra do Iraque. Habermas apontou que, nesse caso, a mídia européia tem sido co-participante na possibilidade de criação de um espaço público europeu. Nesse sentido, no caso brasileiro, nós temos apenas pontuações, tópicos, mas não a mídia como um elemento fundante do espaço público.

P – E, no Brasil, por causa da desigualdade social muito grande, a maioria da população tem, na televisão, sua maior fonte de informação. Isso significa que a nossa recepção é também menos crítica, que ela tem um poder maior de passar como verdade a informação que interessa veicular?

R – Acredito que a pluralidade cultural é um fator que pode fazer com que, ou tem feito com que o poder eventual da mídia emissora sobre essa pluralidade de práticas culturais não seja homogeneizada também na recepção. Há maneiras distintas de se fazer isso. Hoje, a recepção, graças, exatamente, à percepção dessa pluralidade cultural, esse chamado multiculturalismo dentro do qual nós estamos e que Bauman¹ chama também de multicomunitarismo, porque esses processos são quase semelhantes, passa por nossos diferentes crivos, diferentes sentidos diferentes práticas motivando a relação com a mídia. Então, nesse sentido, a mídia não consegue articular diversidade de

¹ Zygmunt Bauman é autor do livro *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*, entre outros livros sobre a contemporaneidade.

uma forma tão grande, não consegue captar a diferença para trabalhar a diferença. Ela acaba sendo uniformizadora da diferença, tenta trabalhar a sua hegemonia ignorando, em um certo sentido, a diferença. É por isso que se cria um certo contraste: se, de um lado, ela é hegemônica e é bem aceita, porque ela é única e é monopólica, em um certo sentido, embora a gente analise que ela tem uma maneira única de trabalhar a diferença. Há diferentes canais, mas a estruturação é muito semelhante. Então, há um ir mais ou menos hegemônico, digamos, mas há um voltar não hegemônico, muito plural, por isso há um certo contraste. Ela é aceita na proporção que é única, mas ela é rejeitada na proporção em que aquilo que é único é absolvido de forma diferente. Na política, na área da propaganda política, por exemplo nas eleições, a mídia desempenhou um papel muito importante articulando a decisão, o sufrágio, a decisão de representação, mas não houve unanimidade. O candidato eleito não teve 100% dos votos, exatamente, não porque a mídia não fosse a favor dele, não porque a mídia não tivesse um papel construtor a respeito dele, mas porque a diversidade cultural não permitiu essa aproximação tão uniforme, digamos assim. Então, em outras palavras, eu acho que a pluralidade cultural é um dos fatores mais significativos hoje de um possível trabalho da mídia e que ela não percebe de uma forma criativa, ela trabalha o genérico, e não a diferença, ela não consegue trabalhar a pluralidade, assim como a pluralidade não consegue se ver nela. Então, no meu ponto de vista está aí um dos nós da dificuldade da participação da mídia na construção do espaço de debate dos diferentes. A diferença acaba não aparecendo na mídia, há muito mais uma tentativa de uniformizar de um falso país, de uma falsa única cultura, de uma falsa única identidade, do que propriamente de mostrar que a nossa identidade é a diferença. Então, o debate da diferença, que no fundo é aquilo que já se falou sobre a relação cordial com a diferença, um país cordial com a diferença, não é assumido na linha da argumentação, pois existe uma diferença entre argumentar e debater e nós ainda estamos tentando chegar ao debate.

P – A mídia conseguiria, então, desconstruir e construir identidades também?

R – Não, aí eu acho que já seria um aspecto mais polêmico. Tenho para mim que ela pode nos ajudar a caracterizar as diferenças de identidade que já existem, e nesse sentido seria consolidadora das diferenças, embora também possa ser elemento de manifestação de

novas diferenças. Por exemplo, se você analisar hoje o papel da mídia na construção de novas identidades religiosas, que estão ligadas a certos grupos e seitas religiosas, não se pode dizer que a mídia esteja construindo essas novas identidades, mas ela as sanciona, ajuda a uniformizar, a consagrar identidades em construção. Esses grupos religiosos emergentes vêm buscando o papel da mídia, não necessariamente para construir uma nova identidade, mas é pra reforçá-la e ao mesmo tempo ampliá-la na prática. Um outro exemplo, o Movimento dos Sem Terra, tem uma prática que não tem a ver com a mídia, nasceu na sua realidade e no seu contexto político. Mas, ao observar o papel da mídia ao informar sobre, ao debater sobre, ao provocar o conhecimento e o questionamento do MST no país, pode-se verificar que ajudou a consolidar a identidade do MST. A discussão sobre a propriedade da terra que, em termos históricos legais, estava no ato de ter a posse terra, mesmo que não utilizada, aos poucos está provocando uma discussão que está levando a um reforço de uma identidade, e ao questionamento sobre a propriedade e o uso social da terra e isso já está trazendo nova configuração. Nesse sentido, eu acho que há um papel mediador da mídia na construção de certas identidades.

Outros exemplos são o dos jogos e o da música: percebe-se que há uma sazonalidade muito grande; dos anos 60 até agora podem-se identificar diferentes gêneros, há uma pluralidade muito grande de opções musicais, de estilos de cantores, mas não se conseguiu uma marca tão forte como anteriormente se conseguiu. Primeiro, porque a produção anterior talvez tenha tido uma ruptura mais radical em relação a uma certa fase da música brasileira. Nós chegamos a um determinado momento em que o consumo contemporâneo é tão grande no sentido de amplitude e diversidade que não se consegue ter gêneros que marquem de uma maneira mais precisa a evolução do todo, existe música sertaneja aqui, um outro tipo ali, há uma pluralidade muito grande, não se consegue reforçar um único gênero, como foi com o samba num primeiro momento e com a música popular brasileira em outro, e que tende para reforçar a música sertaneja recentemente. A música sertaneja é muito mais identificada culturalmente do que outros estilos na linha do rock, hip hop e por aí afora. Em outras palavras, acho que o papel da mídia, em certos momentos, é reforçador, em outros momentos é de aceitação da pluralidade, mas não diria que ela é suficiente para criar ou construir uma identidade.

P – Existe vida fora da mídia. O movimento dos sem-terra foi construído fora da mídia, os grupos de jovens ainda existem, você acredita que exista, no Brasil, uma efervescência cultural independente da mídia?

R – Eu não chamaria independente, pois independente da mídia hoje é muito difícil. Há uma certa autonomia em relação à mídia no sentido de que há certas práticas que são criadas com ou sem o reforço e que têm reflexos ou não na mídia, mas que são construídas na prática. Eu vejo, por exemplo, na área das ONGs, dos processos comunitários, certos grupos de jovens em processos musicais, uma pluralidade de ações na vida concreta, de práticas, que estão fora de uma regulação social maior, percebem-se indicativos de uma sociedade mais aberta, mais arejada, plural, em que existe a diferença. Por exemplo, na questão dos homossexuais, há uma série de grupos diferentes. Temos a informação de que na semana passada, em São Paulo, 800 mil pessoas participaram da marcha anual do movimento homossexual. De onde vieram essas 800 mil pessoas? Há poucos meses o Padre Marcelo Rossi, numa missa em um quarteirão em São Paulo, reuniu 2 milhões de pessoas. De onde vieram essas pessoas? Tanto na parada gay como na missa do padre Marcelo, não foi simplesmente uma mobilização da mídia, foram práticas, grupos, diferentes tipos de movimentos se expressando num lugar público e, não necessariamente, debatendo publicamente os seus direitos, mas se expressando no espaço físico público, quase que pedindo o direito de manifestação das suas idéias no conjunto da pluralidade. Então, nesse sentido, é complicado analisar o lugar público físico, o estar junto fisicamente no espaço público e a partir daí tentar marcar o início de uma discussão. É isso que o Padre Marcelo consegue em um certo sentido, a força sindical consegue em um outro sentido e o movimento gay e outras minorias também fazem. Estamos diante de uma sociedade em que as práticas começam lentamente a emergir para o mundo da mídia e ao irem para o mundo da mídia têm o reforço ou não da sociedade. Mas o fato de essas minorias conseguirem, nesses grandes eventos, reunir 1 milhão de pessoas, não significa que conseguem uma grande repercussão na mídia, por que a mídia sabe que 1 milhão de pessoas no conjunto maior da sociedade é muito pouco quando esse milhão é contestador, questionador. Ela valoriza, mas não dá grande destaque e nem incorpora a discussão na agenda. Ela representa um papel ambíguo, nesse caso. Os noticiários de São Paulo registraram a marcha dos homossexuais

simplesmente, como uma notícia qualquer, como se seguissem as normas de obituário, que registram a morte de uma pessoa importante em um certo número de linhas e acabou. Quando se quer valorizar um pouco mais se concede um quarto de página, uma página, uma matéria maior, quando se restringe ao mínimo, isso já é uma indicação de oposição em relação a isso. Por isso eu digo que a mídia não é desatenta, mas que vende uma imagem de ambigüidade. Ela não está sem interesses, pelo contrário, mas passa uma identidade de ambígua ou desinteressada, quando, na verdade, ela está muito mais reforçando seus interesses do que com daqueles que ela trabalha. Em síntese, eu acredito que ela não tem sido suficiente para criar uma identidade, eu acho que ela, em muitos aspectos, valoriza, apóia, estimula e, em outros ela abafa, esquece, omite. Em outras palavras, continua, como sempre, sendo política, segundo seus interesses, e não exercendo uma função de mediação, como muitas vezes ela poderia fazer e se tornar, exatamente, um espaço de debate, de crítica dentro da sociedade.

P – A sociedade civil está se organizando, muitas vezes tenta obter um espaço na mídia, mas a mídia não quer vanguarda, ela é conservadora por natureza. As novas tecnologias, a Internet, por exemplo, poderia se constituir em canal para o surgimento de novas tribos, novos grupos, de Ongs, enfim poderá abrigar o que se encontra fora da mídia?

R – Há que se analisar em primeiro lugar a construção das mídias de massa, que são o cinema, rádio, televisão, a imprensa escrita, toda essa mídia tradicional, e, ao comparar com a pós-mídia, como a gente chama hoje, a chegada da Internet, do computador e de todo esse processo derivado, vai percebendo que não são só duas mídias ou dois tipos de mídia e pós-mídia, tem-se dois tipos de público também. A mídia de massa ou a mídia televisiva, cinema, rádio, imprensa continua sendo hegemônica ainda, muito mais importante do que o jornal, em um descompasso de hegemonias, ainda é muito importante pois quem tem acesso a essa pós-mídia é um número ainda restrito e pessoas. Na mídia tradicional a interatividade é ainda muito simbólica, ela é lenta no tempo; na prática se responde muito lentamente à notícia que se lê ou ao que se vê na televisão, a incorporação da sua crítica às vezes ainda nem existe e às vezes acontece apenas no nível dos pequenos grupos, ao passo que na Internet, se tem, pela velocidade, a possibilidade de uma relação mais imediata, a interatividade tecnológica que é

possibilitada pela Internet, faz com que haja uma expressividade maior. Nos Big Brothers, nos nossos reality shows, vê-se uma quantidade enorme de pessoas votando pela Internet, a participação na Internet. O questionamento, por exemplo, que algumas autoridades políticas fazem de partidos ou da política de governo via Internet, têm uma repercussão muito maior do que a que se dá pela televisão, ou do que a que se dá pelo jornal, então acho que estamos vivenciando um momento em que essa diferenciação de mídia, não é apenas uma tecnologia diferente, são usos diferentes, condições diferentes. Acredito que as possibilidades que esse mundo virtual oferece de criação de processos de simulação, de simulacros, permite que se chegue, em curto prazo, numa realidade social completamente diferente, num processo comunicacional diferente. Acredito na possibilidade de um espaço público midiático dentro desta perspectiva pós-midiática, não tanto talvez como na grande fala de Pierre Lévy sobre o saber, mas dentro de uma nova configuração em que se destaque melhor esse saber, se operacionalize melhor esse saber. Só acredito que estamos passando por um espaço público que até agora nós discutimos na mídia tradicional, por um novo espaço público virtual em construção, talvez mais dinâmico.

P – E esse virtual ele pode também conseguir preencher essa necessidade do ser humano de pertencimento, ele conseguiria suprir suas carências com o pertencimento virtual?

R – Eu tenho pra mim que a grande questão é exatamente essa. Em uma sociedade tão complexa como a nossa, Bauman chama muito a atenção, no texto sobre a comunidade, para o fato de a comunidade ser cálida, gostosa, carinhosa. A gente quer pertencer a alguma coisa visível, conhecer as pessoas com quem convive, compartilhar os ideais, participar. Talvez seja esse um ideal meio utópico de comunidade, mas ao reincorporar e atualizar o conceito anterior de comunidade, o elemento fundamental que o justifica agora é a segurança. Para que dentro da segurança, assim como ele, você tenha a liberdade. Eu tenho pra mim que a mídia de massa não conseguiu criar essa dimensão de comunidade, desse pertencer, é um pertencer ainda muito simbólico, no sentido de pertencer a uma comunidade simbólica representada pela mídia impressa, pela mídia televisiva, ou aquilo que se chama de comunidade imaginada de Benedict Anderson, não uma coisa extremamente ampla. Mas, a partir da Internet, eu vejo a possibilidade

de uma aplicabilidade mais imediata do conceito de comunidade que justifique a minha participação. Eu tenho visto, por exemplo, experiências de blogs, blogueiros como se fala. Há todo um relacionamento entre blogueiros e processos de construção, de repente há práticas de visitas, de contatos que estão criando exatamente as comunidades virtuais. Às vezes de curta duração, que é uma das características da pós-modernidade, que é o hoje que importa, não é configurar no tempo o amarrilho, no sentido de dependência, você se tornar um pouco mais livre, a sua liberdade está no hoje, um hoje compartilhado e não necessariamente num amanhã amarrado. Isso cria, portanto, uma maneira completamente diferente de você lidar com o virtual. Embora eu acredite que o pertencer está se modificando. Se ontem eu precisava me casar diante de Deus e das leis para dizer que gosto de uma pessoa, hoje talvez a própria forma de expressar, o amarrar a segurança, o bem-estar seja exatamente pela recusa da formalidade das leis. Então há alguma mudança na justificativa da necessidade de pertencer, mas a necessidade continua, ao quê e como é que é a grande questão. Acho que a mídia continua sendo mediadora, tanto a mídia de massa como a pós-mídia, nesse processo de busca de pertencimento, que é no fundo um ideal complexo, mas sempre trabalhado da alteridade para condição do eu.

P – Os filósofos da transversalidade defendem que se convive ao mesmo tempo com a modernidade e com a pós-modernidade. A seu ver, é possível essa convivência ou deve-se romper com um ou outro?

R – Há poucos dias eu fazia um retrospecto de livros e de autores que abordam a questão da pós-modernidade a partir daquele texto do Freud “O mal estar da civilização” e verifiquei que os títulos que vários autores atribuíram a suas obras são coisas do tipo “O mal estar na modernidade” ou “O mal-estar na pós-modernidade”. Há uns 10 a 15 títulos disponíveis aqui no Brasil, em português, sobre isso. Geralmente a questão é complicada, porque a meu ver, a modernidade é um grande projeto que vem do séc. XV até os nossos dias, incorporando toda a evolução histórica do capitalismo, então gera-se um processo de modernidade capitalista, o capitalismo-modernidade que está vivo, não há como fugir à perspectiva do tempo linear que sustenta tudo isso, à razão como construtora do tempo. Isso está em toda filosofia pós Descartes, isso está, em um certo sentido, em toda filosofia

contemporânea, isso está em todas as nossas práticas religiosas, educacionais e políticas, sustentadas de uma maneira incrivelmente forte na igreja, escola, família, na configuração e transformação do Estado providência para o Estado mínimo, na configuração do uso das tecnologias ao longo desses últimos 100, 200 anos. O projeto da modernidade não acabou. Acredito que o que estamos vivendo agora é a demonstração da ausência de certos aspectos que essa história da realidade moderna, ou da modernidade capitalista, não acentuou de uma maneira mais forte, que é exatamente, vamos dizer assim, fazer com que a conquista não seja feita apenas para o amanhã, ela possa ser feita hoje. É o aceno para que a razão corresponda igualmente a emoção. Há um texto maravilhoso que eu gosto muito de trabalhar a partir do imaginário, que diz que a história do homem é a história da ruptura, que a história do homem é a história de uma fratura. Qual a fratura? Se analisar desde os tempos de Adão-Eva, homem-mulher, nós não somos um, nós somos dois, homem mulher. A partir da filosofia, se tem as categorias essência, aparência, verdade, mentira, imagem, o falso e o verdadeiro. A nossa história é a história da dualidade. Em termos religiosos, Deus, diabo, céu, inferno... O que é o cristianismo que Nietzsche falou? Nietzsche disse que o cristianismo não outra coisa que a atualização, a cristianização da dualidade de origem. É intrigante de como nós buscamos durante séculos responder a essa dualidade por meio da fé, que é um sutura, uma costura e depois resolvemos deixar a fé um pouco de lado, trocá-la pela razão. E fomos, do séc. XV, se colocado como ponto de referência, até agora, praticamente, buscando através da razão a nova sutura. E depois de tanto tempo vem a pergunta contemporânea, e agora? Depois de tanto tempo, de tanto uso, aquilo que na época inicial se chamava salvação, onde está agora a busca da emancipação? A salvação de ontem, a emancipação hoje. A emancipação é pela razão e a salvação é pela fé. Existe a pergunta: nem salvação, nem emancipação? O que ficou faltando de tudo isso? O presente, o prazer, a emoção, o acento da outra da dualidade, do outro lado da dualidade. Bom, se eu tenho a razão, eu tenho também a emoção. Acho, então, que a pós-modernidade é como se fosse uma cobrança, a partir das tecnologias, de afinal saber onde as utopias estão. Eu não chamaria talvez de uma ruptura tão forte como alguns da pós-modernidade chamam, Baudrillard e outros talvez sejam um pouco mais rigorosos nesse sentido. Eu chamaria, antes, de uma modernidade tardia, mas o que eu chamo de pós-modernidade, outros

denominam de sociedade pós-tecnológica, uma fase de questionamento da própria modernidade. O que se coloca como constituinte da pós é ainda muito incipiente para dizer que houve uma ruptura tão grande com a modernidade. Nós estamos vivendo uma transição de questionamento dos usos, das razões da modernidade, até que ponto a modernidade é realmente o caminho por onde nos encontrarmos. Está ligado a uma racionalidade em crise, à chegada de todo um processo tecnológico que amplia as condições de uso da racionalidade mas que continua não trazendo aquilo que talvez Freud tenha razão ao colocar: o sofrimento e a felicidade são parceiros da solução de quatro tipos de problema, eu e eu, eu e o outro, eu e o ambiente, eu e o vazio oceânico. Nós ainda não conseguimos o equilíbrio destas questões em termos de solução e talvez isso seja quase dizer que adiar o prazer, adiar a emoção, o céu está muito longe, não é possível ter um pouco de céu antecipado. E, aí se começa a entender porque as seitas são tão vigorantes hoje. Começa-se a entender um certo descaso com a política, com o Estado, porque que o consumo está tão complicado, no sentido de que não satisfaz mais. O consumo já não satisfaz e se começa a entender porque que a salvação passou a ser buscada de novo pela fé e não pela razão. Por isso que eu sempre digo da atualidade para se entender um pouco hoje do texto de 1930, se não me engano, de Weber, “Ética protestante, espírito do capitalismo”. É aí que eu acho porque que o católico está em crise e o protestante em alta. O protestante, a partir de Lutero e Calvino, não só na área religiosa, mas na área social, advoga um pouco da pós-modernidade. No sentido de que o tempo presente seja vivido como hoje, mais do que simplesmente o hoje como condição do amanhã.

P – Questões geradas pela modernidade, pela nossa crença na razão e na tecnologia, colocaram em pauta os grandes problemas ambientais que a gente está vivendo. Essa consciência poderia contribuir para uma mudança de paradigma, inclusive na questão do capitalismo selvagem, do uso do capital e dos recursos naturais e seria isso também um aspecto da pós-modernidade?

R – Acredito que estamos começando a entender que o estar junto é econômico, é relacional, é religioso, ele é um todo complexo, assim como as condições do meu corpo, o respeito à saúde, ao ambiente mais imediato, às características de construção do próprio ambiente

dentro do qual eu vivo. É aquilo que se chama busca de um desenvolvimento ambiental auto-sustentado. É preciso começar a perceber que a minha cultura tem que levar em conta o respeito do meu corpo como ambiente, ao meu meio ambiente externo mais amplo, dentro do qual eu vivo. E até agora nós nos dedicamos a um desrespeito, num certo sentido, quando não a ignorância de todas as fontes externas àquilo que nós entendíamos como sendo o fundamental, que eram as relações econômicas e/ou a um relacionamento social a partir do econômico, do econômico ao social, conforme uma pluralidade que se possa colocar. Só agora nós começamos a perceber que todo esse processo anterior dentro do qual nós nos colocamos ele não é uma casca, ele é constituinte da própria subsistência, então o poder não vai estar necessariamente mais num certo tipo de economia de transformação de bens. Já, já o grande poder vai estar deslocado para uma outra matéria-prima, que é exatamente a própria matéria-prima da sobrevivência, que eu chamo do corpo, da água, do tempo, da luz, da energia. Em outras palavras, o meio ambiente vai ser a matéria-prima da nova economia e isso é uma coisa que nós não tínhamos percebido, nós ainda estamos em uma época primária de colocação das relações de troca. Nós ainda estamos na linha da subsistência coletiva, no sentido de que nós ainda estamos brigando, num certo sentido, pelas possibilidades da subsistência mínima, exatamente essa que nós chamaríamos de “mínima” no que se refere à alimentação, à moradia, aquilo que podemos colocar no âmbito das necessidades. A partir do momento que certa camada da sociedade conseguiu satisfazer as necessidades e outros foram para a linha dos desejos, então já ultrapassando de necessidades para desejos, bastando perceber que nossas necessidades não eram mais aquelas anteriores, de subsistência do corpo e de subsistência de um estar junto mais amplo, coletivo. Então, com a questão da água, que é uma questão muito séria, a questão do meio ambiente, que nós mesmos destruímos, começamos a perceber que a matéria-prima da economia não é mais, necessariamente, o que tínhamos pensado até agora. Nesse sentido, estamos desenvolvendo uma nova transformação, é uma nova racionalidade que começa a ser deslocada, no sentido que nós precisamos começar a perceber que ainda não estamos no todo, nós estamos trabalhando uma parte desse processo de subsistência.

P – O sr. diria que em um governo popular, como o que temos agora, com a eleição de um trabalhador para a presidência, poderá mudar a configuração do espaço público, a participação da mídia na argumentação e no debate político?

R – Se você analisar os pressupostos, não só do presidente atual, mas do partido que o elegeu, há razoáveis esperanças de que esses pressupostos se ampliem no sentido de que sejam não apenas referendados mas praticados, que são exatamente a discussão, a participação, o debate. Agora, uma coisa é a proposição de ideais, é a proposição de certos desejos na articulação da vida política, outra coisa é a prática. Acho que esses primeiros meses ainda não conseguiram demonstrar a viabilidade dessas idéias acontecerem de uma maneira inovadora. Elas ainda estão sendo muito mais reprodutoras de velhos sistemas do que inovadoras. É angustiante ver como o questionamento interno é que está sendo trabalhado, entre o debate e o conflito com os sistemas de força da velha guarda. Eu ainda não sei caracterizar muito bem como é que a dimensão da pluralidade das idéias pode ser trabalhada como elemento de conflito de uma maneira democrática. Se o atual governo conseguir ultrapassar os limites que ele diz que tem no momento para sua segurança econômica e o equilíbrio econômico, e a partir disso então retomar aquilo que ele colocou como ideário, eu tenho pra mim que há essa chance. Mas por enquanto, os primeiros indícios são de reprodução da dificuldade de trabalhar o conflito democrático na esfera pública. Espero que sejam indícios mal interpretados por mim, mas a própria significação da eleição do presidente nas condições em que ele foi eleito, resgatando, num certo sentido, todo um imaginário de uma democracia mais participativa, eu tenho pra mim, que é mais do que a condição de subsistência do presidente e do seu partido de origem. É mais a própria condição de subsistência do imaginário que acredita na possibilidade política de transformação do país. Se não for dizer muito, eu continuo esperando que tenha sido um sonho que não foi em vão e que o tempo possa nos ajudar a ver até que ponto essa dúvida seja menor e a esperança retome com tudo. Entre dúvida e esperança, continuo dando um acento maior para a esperança.